



ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2011

DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e onze, na Casa das Artes, em Arcos de Valdevez, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, adiante designada de CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respectiva Convocatória. -----

Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Assembleia.

---O senhor Presidente da Assembleia, após agradecer ao senhor Presidente da Câmara de Arcos de Valdevez, a disponibilidade do espaço para a realização da reunião, passou de imediato à leitura da Ordem de Trabalhos. -----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1. Apreciação e votação da Ata da 2.ª Reunião Ordinária de 2011 da Assembleia Intermunicipal, realizada em 13 de setembro de 2011; -----

1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia; -----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Concelho Executivo (ponto 3, art.º 29º do Regimento); -----

2.2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012 (incluindo: transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados, autorização de empréstimo a curto prazo, mapa de pessoal); -----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

--- O Senhor Presidente informou a Assembleia que esta reunião estava prevista para dia 25 de novembro conforme consta no regimento, artigo 29º, nº1, esclarecendo que só não foi naquela data porque os senhores Presidentes de Câmara estavam de saída para o estrangeiro para uma reunião em Bruxelas (assinatura do Pacto dos Autarcas). -----

--- O senhor Presidente da Assembleia, verificou as seguintes substituições: o membro Paulo Alexandre Baptista Teixeira de Moraes (PSD de Ponte de Lima) fez-se substituir por Jorge Filipe Martins Lima; o membro Manuel Filipe Domingues Dias (PSD de Monção) fez-se substituir por António Fernando Vaz; o membro José Adriano Monteiro Alves (PS de Monção) fez-se substituir por António Manuel Gonçalves Simões; o membro Pedro Miguel Ferreira de Sousa Lobo (PS de Ponte da Barca) fez-se substituir por António José de Sousa Rocha. -----



Handwritten signature and initials

--- Verificou-se a não comparência dos membros: Irene Fátima de Sá Pacheco (PSD de Caminha) e José Augusto de Brito Pacheco (PS de Paredes de Coura), tendo sido estas faltas justificadas posteriormente.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia solicitou a todos os Membros que logo que soubessem da sua impossibilidade de participar nas reuniões da Assembleia, informassem a Mesa, o mais rapidamente possível para se poder proceder atempadamente, à sua substituição, pelos membros que integram as respectivas listas apresentadas. -----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1. Apreciação e votação da Ata da 2.ª Reunião Ordinária de 2011 realizada em 13 de Setembro de 2011 da Assembleia Intermunicipal.

--- O senhor Presidente deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Inscreveram-se os Membros Rui Alves, Abel Lima Baptista, Fernando Lima.-----

Rui Alves (PSD) – Referiu que, na medida em que consta do projeto da ata, no que diz respeito às presenças e ausências e, no que lhe diz respeito em particular, fala de uma “ausência sem que tenha sido dado conhecimento prévio à Mesa”, acrescentou que em sua opinião o mais relevante não é se houve ou não conhecimento prévio da Mesa, mas se a falta foi ou não justificada, e que o próprio a justificou em tempo útil. -----

--- O senhor Presidente esclareceu que a alteração já consta na ata, não explicitamente o seu nome, mas que à posteriori alguns membros justificaram a sua ausência. -----

Abel Lima Baptista (CDS) – Referiu que na página seis, aquando da sua intervenção, existe uma incorreção, onde menciona “um misto no mercado” é “um nicho de mercado”. -----

Fernando Lima (PS) – Apresenta a sugestão das atas serem redigidas nos termos do novo acordo ortográfico. Referindo a página três, segundo parágrafo, onde menciona que “foi aprovada com e 32 votos a favor”, o “e” terá que ser eliminado e que na página dez, no terceiro parágrafo não é 19 votos abstenção, mas sim 19 abstenções. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à votação da ata da segunda reunião ordinária realizada em 13 de Setembro de 2011, que foi aprovada, com 30 votos a favor e 7 abstenções. -----

1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.

--- O senhor Presidente da Assembleia questionou se algum partido pretendia entregar alguma proposta, moção ou outro documento.-----

--- O senhor Presidente concedeu a palavra ao Membro Rosa Arezes. -----

Rosa Arezes (PSD) – Após cumprimentar todos os presentes, passou à leitura de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. António Cabral de Oliveira.(Doc.20/2011). -----



--- O senhor Presidente concedeu a palavra ao Membro Fernando Cabodeira.-----

Fernando Cabodeira (PS) – Referiu que, a bancada do partido socialista se associa a este voto de pesar apresentado pelo PSD.-----

O senhor Presidente referiu que, embora a Membro Rosa Arezes tivesse proposto a apresentação de um voto de pesar, não seria necessário colocar à votação a aceitação do mesmo, fazendo-se um minuto de silêncio em sua memória. -----

--- O senhor Presidente referiu uma proposta apresentada pelo Membro Paulo Pimenta e outra apresentada pelo Membro Manuel Álvaro Gomes. -----

Paulo Pimenta (PS) – Após cumprimentar todo o plenário, passou à leitura da proposta apresentada sobre a ligação ferroviária Porto/Vigo (Doc.21/2012). -----

Manuel Álvaro Pimenta (PSD) – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que, tendo sido divulgado recentemente pelo senhor Presidente do Conselho Executivo, senhor Rui Solheiro que os doentes espanhóis já poderiam recorrer à Unidade Local de Saúde do Alto Minho em Viana do Castelo, do mesmo modo que os doentes portugueses poderiam recorrer aos serviços hospitalares espanhóis, acrescentando que esta colaboração internacional já havia sido tratada em reuniões da Uniminho em Valença, e abordadas ainda que superficialmente, na CIM Alto Minho. Questionando sobre em que ponto está oficialmente esta colaboração, ou até mesmo os acordos de cooperação transfronteiriço. Acrescenta que foi solicitada a colaboração da Câmara Municipal de Valença, no sentido de emitir uma opinião, para saber o que foi feito após reunir a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal, sobre um plano de requalificação da urgência e emergência médica e cirúrgica pré-hospitalar. Desconhecendo se terá sido solicitada colaboração a mais alguma Câmara Municipal, pelo menos no Distrito de Viana do Castelo, sendo o que se pretendia realmente fazer. Questiona sobre o assunto e se nesta altura, de contenção de gastos, será possível ou ponderável a abertura de serviços de urgência nos Centros de Saúde. Questiona ainda, se seria ponderável através da Assembleia da CIM, pela sua Comissão de Saúde. Aproveitando o momento para abordar a proposta apresentada à Mesa, de revitalização da referida Comissão (Doc. 22/2011), no sentido de nela serem equacionadas propostas que venham integrar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Alto Minho. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo.-----

--- O senhor Presidente do Conselho Executivo em resposta ao que lhe foi colocado, pelo Membro Manuel Pimenta, referiu que a Uniminho é uma Associação Transfronteiriça entre o Vale Minho e a Diputación Provincial de Pontevedra e que no Concelho Diretivo já assumiram em estende-la até à CIM. Acrescentando que estão a tratar dos estatutos para a ACT, ou seja, ao se transformar em ACT engloba toda a CIM e acaba com a questão de ser apenas o Vale do



Handwritten signature and initials.

Minho com a Deputación de Pontevedra. Deu conhecimento que nesta fase e dentro das candidaturas já aprovadas pelo INTERREG e pelo POCTEP, um dos estudos que se pretendia e que se mandou elaborar prende-se com a utilização de serviços e de meios, na região de fronteira, que possam ser utilizados pelas populações dos dois lados. -----

--- Mencionou que, a CCDRN e a Junta da Galiza estão a elaborar estudos sobre a matéria, sobre a utilização de equipamentos, infra-estruturas e serviços, de diversas áreas que possam ser utilizadas em termos transfronteiriços. Acrescentou ainda, que a Uniminho fez um concurso que foi entregue à DELOIT, um estudo com o objectivo de ver a possibilidade de ao abrigo do acordo assinado entre Portugal/Espanha em Janeiro de 2010, publicado no Diário da República em Março de 2010, e que esse acordo previa a criação de protocolos de cooperação transfronteiriça na área da saúde. Referiu também que, foi criado para resolver o problema de Badajoz quanto à questão dos partos passarem a ser feitos em Badajoz (na zona do Alentejo), tendo dado origem a um acordo de cooperação transfronteiriço entre os dois países, o que permite este tipo de pretensões poderem por ao serviço das populações dos dois lados, equipamentos, serviços, meios técnicos e humanos na área da saúde, trabalho elaborado pela DELOIT, que consultou as mais diversas entidades dos dois países, tendo feito primeiramente um levantamento da situação dos serviços, que tipo de serviços prestam dos dois lados, meios de transportes terrestres e aéreos, especialidades existentes nos hospitais de Vigo e Viana do Castelo, serviços de urgência médico-cirúrgica e serviços de AVC. -----

--- Referiu que, provavelmente haverá a possibilidade do Hospital de Viana do Castelo prestar serviços em caso de AVC, pois na região da Galiza, o serviço mais perto é em Santiago de Compostela e o Alto Minho poderá utilizar o Hospital de Vigo no caso de urgências médico-cirúrgicas. Foram referidas estas duas áreas, por serem importantes para a qualidade de vida das populações, mencionando que foi feito um estudo da utilização das SUB's do lado português correspondente às SUB's do lado Galego, tendo sido definida uma rede de transportes de doentes dos dois lados, dos serviços a prestar, tendo em atenção as diferenças quilométricas, o tempo que poderia ser gasto e os serviços que poderiam ser prestados.-----

--- Frisou que tudo isto é um estudo e que na fase final do estudo será um problema a questão monetária. Em conjunto com a DELOIT estão a apresentar este estudo e a pedir a colaboração do lado português, ao Ministério da Saúde e do lado de Espanha, à Junta da Galiza.-----

Têm-se mantido reuniões e contactos para finalizar o projeto com identificação de áreas onde se possa iniciar experiências piloto, analisar os custos a suportar dos dois lados. Informou da reunião agendada para no dia 14 de Dezembro, com o Secretário de Estado da Saúde para posterior apresentação na Junta da Galiza deste estudo, com o objetivo de estudar a forma de rentabilizarem os serviços que existem dos dois lados para poderem ser postos aos serviços das populações de fronteira. Existindo uma orientação da Comissão Europeia com a criação das



AECT's para a cooperação das áreas fronteiriças, para agirem no terreno e identificarem questões de cooperação.-----

--- O estudo está numa fase adiantada, mas só depois de concluído é que será apresentado aos Ministros da Saúde português e espanhol, pois o que refere o acordo assinado entre Portugal e Espanha, que permite estes protocolos de cooperação transfronteiriça na área da Saúde é que têm que ser estabelecido entre os dois Ministros da Saúde dos dois Governos. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao membro José Alfredo. -----
José Alfredo Oliveira (PSD) – Após cumprimentar todos os presentes, passou à leitura do documento (Doc. 23/2011). -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor Presidente da Assembleia voltou à proposta apresentada pelo Membro Paulo Pimenta, da qual passou a ler o último parágrafo. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão da proposta.-----

--- Inscreveram-se os Membros Abel Baptista e Paulo Pimenta. -----

Abel Baptista (CDS) – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que iria sublinhar dois ou três pontos da proposta apresentada pelo PS sobre a questão da ligação ferroviária entre o Porto e Vigo. O primeiro ponto prende-se com uma questão pessoal, referindo que já havia manifestado, publicamente em vários fóruns que o desenvolvimento da região do Distrito de Viana do Castelo e até do país, passa neste momento por não criar infra-estruturas de circulação, mas sobretudo pela criação de infra-estruturas de emprego. Acrescentou que, estarem agora a apelar a um conjunto de situações como a que o PS propôs, seria cair num paradoxo. Neste momento temos uma situação muito complicada em termos financeiros e que não é verdade o que está escrito, alegando que o Governo afirmou que têm viabilidade financeira para a realização das ligações Aveiro/Salamanca, pois na verdade é que as obras do TGV que dizem respeito a infra-estruturas ferroviárias estão suspensas para avaliação. Também é verdade que a ligação Porto/Vigo se mantém como uma das finalidades no mapa ferroviário nacional. Em sua opinião deveria pedir-se quer através da Comunidade Intermunicipal quer através de um conjunto de Organizações, nomeadamente da AIECP e outros, a instalação no Distrito de empresas no sentido de criar emprego. Para terminar, referiu que, espera que o senhor Presidente do Conselho Executivo dê algumas informações concretas sobre a CIM Piloto no âmbito do protocolo assinado, assim como espera que a CIM Piloto na sua primeira reivindicação que tem para o Governo seja mencionar “nós queremos o impossível”. Defende que seria muito mais vantajoso aprovar propostas noutra sentido, pois esta não parece ser a proposta a viabilizar neste momento. Por todas estas razões o CDS não votará favoravelmente esta proposta. -----

Paulo Pimenta (PS) – Referiu que isto foi proferido pelo Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, no programa “Prós e Contras” de 26 de Setembro de 2011, em que



fundamenta que a estratégia passa pelo aproveitamento dos portos marítimos e as ferrovias europeias com linhas de passageiros e de mercadorias de Sines a Madrid e de Aveiro a Salamanca. A União Europeia confirmou que os fundos destinados aos comboios de alta velocidade (TGV) poderão ser aplicados às novas linhas ferroviárias que deverão ligar Portugal à Europa e aumentar a competitividade, sublinhando ser uma afirmação do Senhor Ministro da Economia e do Emprego.

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo.

Rui Solheiro – Referiu que o Conselho Executivo tomou sobre este assunto uma posição unânime, enviando uma exposição ao senhor Primeiro Ministro e ao Ministro da Economia e do Emprego, precisamente com base nas notícias da comunicação social, informando que não referiram Aveiro/Salamanca mas fizeram questão de salientar que se existirem verbas para as linhas ferroviárias a região Norte, é a região que mais exporta e produz e que também tem portos.

--- Entretanto o senhor Presidente suspendeu a sessão por um período de 5 minutos.

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Membro Roleira Marinho.

Roleira Marinho (PSD) – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que, o grupo do PSD considera que a proposta apresentada embora tenha as suas virtualidades também tem os seus exageros, tal como foi reconhecido pelo senhor Presidente do Conselho Executivo apelando ao Partido Socialista, no sentido, de retirar os considerandos que apontam o que eventualmente julgam que se irá fazer noutras áreas e que se limitem a apelar ao Governo no mesmo sentido em que o Conselho Executivo o fez. Concordam com a posição assumida pelo Conselho Executivo pois somos uma região de trabalho, de exportação, uma região em desenvolvimento, que necessita desta infra-estrutura e que se houver condições o Governo não pode deixar esta região alheia. Para terminar, referiu que, apenas com estas características poderão estar de acordo, de outra forma não poderão acompanhar aquilo que o PS propõe.

Paulo Pimenta (PS) – Referiu que não estão contra a ligação entre Aveiro/Salamanca nem a ligação Sines/Madrid, apenas defendem que a ligação Porto/Vigo também se deve manter e devem lutar por ela, ressalvando que, a defesa entre estas duas linhas foi do senhor Ministro da Economia e do Emprego.

--- O senhor Presidente passou de imediato à votação da proposta apresentada pelo Partido Socialista tendo sido aprovada com 23 votos a favor, 22 abstenções e 0 votos contra.

--- O senhor Presidente passou à leitura da proposta apresentada pelo Grupo do PDS documento já referido (Doc. 23/2011).



M. Cabodeira

- O senhor Presidente deu por abertas as inscrições para discussão desta proposta. -----
- Inscreveram-se os Membros Fernando Cabodeira e Roleira Marinho. -----
- Fernando Cabodeira (PS) – Referiu que apenas tinham uma dúvida, pois na última Assembleia Intermunicipal, realizada em Monção, o Grupo do PS havia proposto a criação da Comissão de Saúde e Assuntos Sociais, que englobaria as questões da juventude, da terceira idade e outras. Sobre a proposta do PSD questiona se apenas com a criação da Comissão da Saúde a questão dos assuntos sociais fica sem efeito. -----
- Roleira Marinho (PSD) – Referiu que, apenas queria recordar que não votaram a criação de nenhuma Comissão, embora o assunto tivesse sido focado não houve nenhuma votação. Não se opõem a que a Comissão seja criada e se denomine como Comissão de Saúde e Assuntos Sociais, mas que neste momento a questão que foi colocada na intervenção efectuada e também na sequência dos esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente do Conselho Executivo é que se elabore um documento que trate efetivamente das questões de saúde, que se colocam desde logo no intercâmbio transfronteiriço e também na sua reorganização em termos locais e distritais. -----
- O senhor Presidente da Assembleia solicitou o esclarecimento de um ponto, com o membro Fernando Cabodeira, recordando que na reunião realizada em Monção, o senhor membro na sua intervenção sugeriu a possibilidade da Comissão de Saúde ser também de assuntos sociais.
- Fernando Cabodeira (PS) – Recorda que o que sugeriram na altura, aquando do assunto relacionado com o grupo de trabalho da área da juventude, era que se poderia também criar um grupo ligado à terceira idade e que fosse criada a comissão denominada de saúde e assuntos sociais que abarcaria todas essas áreas até por uma questão de agilidade, nunca descorando a oportunidade de ficar incluída no âmbito dessa Comissão vários sectores, como o área social, a questão da saúde, do desporto, da juventude, ou seja, de vários sectores. Esta proposta apresentada pelo PSD dá a entender ser a géneses da criação da comissão da saúde, para dar contributo à equipa técnica que está encarregada de elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Alto Minho. Salientando que o Plano Estratégico abarca todas estas áreas, e por essa razão, acha um pouco extemporâneo que o objectivo da criação da comissão da saúde fosse apenas para o acompanhamento do plano estratégico. Estão confiantes no desenrolar dos trabalhos do Plano Estratégico e que não repugna a questão de votarem a favor ou contra, apenas é uma questão de agilização dos trabalhos não saírem desta Assembleia. -----
- Acrescentou que não é de descurar que estamos em tempo de contenção de meios e que quantas mais comissões forem criadas, mais despesa acarretará à CIM, por esta razão defendem a criação desta comissão num âmbito mais alargado. -----



--- O senhor Presidente da Assembleia alertou toda a Assembleia, para o facto desta, ainda ter uma Comissão da Saúde que não foi extinta, situação confirmada pela Mesa. O senhor Presidente solicitou ao autor da proposta, o Membro Álvaro Gomes, para esclarecer este facto, sublinhando ainda, que a Comissão será constituída por 6 elementos: 2 do PSD, 2 do PS, 1 do CDS e 1 da CDU.-----

Álvaro Gomes (PSD) – Referiu que a intenção era revitalizar a Comissão e corrigi-la, aumentando-lhe o número de Membros, pois efetivamente esta não foi extinta. Se o PS pretender acrescentar dos assuntos sociais, isso não estará em causa. Citou que, se vão acrescentar assuntos da juventude, os domínios agrícolas e algo mais a comissão acaba por ser infrutífera. Desde que o grupo considere viável poderia a comissão de saúde passar a chamar-se "Comissão da Saúde e Assuntos Sociais" pois efetivamente, o que o Membro Fernando Cabodeira sugeriu, foi uma proposta apresentada na Assembleia anterior mas não oficialmente, apenas uma sugestão, pois a proposta oficial foi apresentada agora com o documento exposto. -

--- O senhor Presidente da Assembleia tornou a salientar à Assembleia que esta tem uma Comissão de Saúde composta por 4 elementos. Estando em discussão uma proposta de revitalização para uma comissão de saúde não de 4 elementos mas de 6 elementos. Foi questionado repetidamente, pelo senhor Presidente da Mesa, no sentido de ter conhecimento do que era pretendido pela Assembleia: se uma Comissão da Saúde com 4 elementos ou uma Comissão da Saúde com 6 elementos. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia clarificou que os elementos do Grupo do PS propunham uma Comissão com quatro elementos; o grupo do PSD propôs uma Comissão com um elemento de cada partido; o grupo do CDS propôs uma Comissão com quatro elementos e o grupo da CDU propôs uma Comissão com quatro elementos.-----

--- O senhor Presidente corrigiu desta forma a proposta para um elemento por cada agrupamento partidário. -----

--- O senhor Presidente concedeu a palavra ao membro Fernando Cabodeira. -----

Fernando Cabodeira (PS) – Sugeriu que em vez de ser revitalizada da Comissão de Saúde existente, ser criada a "Comissão de Saúde e Assuntos Sociais", em que seria constituída por quatro elementos e o objeto que está patente na proposta anterior, relacionado com o Plano de Desenvolvimento Estratégico da região ficar sem efeito, criar apenas a Comissão de Saúde e Assuntos Sociais para todos os objetos e não apenas para o acompanhamento do projeto.

Álvaro Gomes (PSD) - Referiu que, para a Comissão ser representativa falta um Membro do Partido Comunista, que na altura em que foi formada a anterior, ainda não integrava a Assembleia Intermunicipal. Quanto aos assuntos que a Comissão da Saúde e Assuntos Sociais irá tratar a própria definirá. -----



José António Nogueira (PS) – Cumprimentando todo o Plenário, questionou a Mesa, se a votação é só sobre a alteração do nome, uma vez que já existe uma Comissão composta por quatro elementos. Questionou ainda se os assuntos submetidos à Assembleia podem ser submetidos por qualquer Membro. -----

Abel Baptista (CDS) – Questiona se a Assembleia Intermunicipal apenas decide sobre a criação de uma Comissão e a sua composição, pois entende que compete a cada um dos grupos partidários indicar os seus representantes.-----

Álvaro Gomes (PSD) – Referiu que, reformularia a proposta no sentido de modificar o número de Membros. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia recordou que todos os Grupos acordaram que a Comissão fosse constituída por quatro elementos e que iriam votar uma nova Comissão: "Comissão da Saúde e Assuntos Sociais", composta por um elemento de cada força política presente na Assembleia Intermunicipal. -----

--- O senhor Presidente passou de imediato à votação da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

--- O senhor Presidente deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, passando de imediato ao Período da Ordem do Dia. -----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Executivo (ponto 3, art.º 29º do Regimento). -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo.-----

--- O senhor Presidente do Conselho Executivo começou por referir que, existem dois pontos que quase se confundem mas, entretanto foram distribuídos dois documentos, que não constam no Orçamento, sobre a criação ou não da Empresa Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento. Esclarecendo que houve um compasso de espera com a tomada de posse do novo Governo, a indicação de algumas políticas diferentes em relação à questão da água, relativa à sua privatização ou não. A suspensão da criação de novas Empresas Municipais ou Intermunicipais. Foi entendido que se deveria aguardar um pouco mais, para seguidamente se solicitar uma nova reunião com a senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, para esclarecimento de todas as questões pendentes e analisar qual o caminho a seguir. Comunicou que reuniram já com a senhora Ministra do MAMAOT, que se comprometeu antes do final do ano, a dar uma resposta sobre a matéria da privatização, sobre os contratos existentes com os dez Municípios e os novos que ainda não foram assinados, sobre a criação da Empresa Intermunicipal o mais provável seria não de avançar, neste período em que estão a ser postas em causa este tipo de empresas. Uma hipótese ventilada era a de criar



serviços inter-municipalizados e que provavelmente será esse o caminho, mas será necessário definir algumas questões com a entidade ERSAR. Informou que nos próximos dias o Secretário Executivo, Eng.º Júlio Pereira acompanhado por outros técnicos da CIM vão deslocar-se ao ERSAR para esclarecerem um conjunto de questões para se poder entrar em negociação com o Ministério, com as Águas de Portugal e com Águas do Noroeste.-----

--- Relativamente ao plano de desenvolvimento do Alto Minho referiu que, como estava previsto no Orçamento e no Plano do ano 2011, fez-se o concurso e foi contratada a Empresa Augusto Mateus e Associados que será a equipa técnica a coordenar a elaboração deste Plano. Acrescentou que no documento distribuído refere como é que se vai desenvolver todo esse trabalho, desde a dimensão do Alto Minho à escala local, nacional, europeia e mundial, todo o processo de construção do quadro de desenvolvimento do Alto Minho, quem são os destinatários do plano de desenvolvimento, o enquadramento regional e a dimensão do Alto Minho à escala local e proximidade, o enquadramento regional. Este é um primeiro apanhado sobre a situação da CIM feita pela empresa, o enquadramento regional e dimensão do Alto Minho à escala europeia e por fim o que se pretende fazer para se chegar ao documento. Citou que no dia 12 de Janeiro, no Castelo Santiago da Barra em Viana do Castelo, far-se-á uma apresentação pública deste estudo e de como vai ser conduzido. -----

--- Relativamente à questão da CIM Piloto referiu que, o Governo escolheu duas CIM's, a CIM do Alto Minho, como mais rural, reconhecendo de alguma forma o trabalho que tem sido feito, e a CIM de Aveiro como mais urbana. Estão a constituir um Grupo Coordenador que acompanha o processo constituído pelos Presidentes das CIM's, pelo Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, o Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional e o Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural contando também esta equipa conta com a Diretora Geral da Administração Local para apoio técnico. Acrescentou ainda, que foram constituídas duas equipas mais técnicas, uma que é coordenada pela Diretora Geral da DGAL, Dr.ª. Eugénia Santos, que tem como representante da CIM do Alto Minho o Eng.º Júlio Pereira e um representante de cada um dos Municípios que compõem a CIM, para nesta primeira fase fornecer informação. Referiu que o que a DGAL fez foi criar os mapas, os inquéritos com pedidos de todo o tipo de informação: do orçamento, de todas as áreas de intervenção, Município a Município, do pessoal, das expectativas em termos de delegação ou não de competências. A primeira reunião de avaliação destes dias de trabalho será no dia 6 de Dezembro de 2011 em Coimbra, com os representantes das duas CIM's, o grupo dos três Secretários de Estado, a ANM, a Diretora Geral da DGAL, e um representante da CCDR de Aveiro. -----

--- Mencionou que estão a trabalhar em duas áreas: a das florestas e a dos transportes. A nível do Alto Minho, citou que os transportes parecem mais simples, uma vez que não têm grandes



despesas, é uma questão de decisão, de organização dos transportes em termos supra municipais e até regionais, em que têm já um trabalho elaborado, mas que em relação às florestas provavelmente será mais difícil. Informou que o Eng.º Daniel Campelo já reuniu com a CIM antes de tomar esta decisão, e está também agora neste processo para poderem assumir algumas responsabilidades nesta área, embora existam várias questões para resolver, pois tudo implica custos, embora exista a hipótese do PRODER, sendo uma área que implica custos financeiros sob pena de apenas ficarem a ver todos os anos as florestas a arder. Referiu que, têm que ter todo este tipo de cuidados, embora naturalmente amplos, pois noutro caso não aceitariam este tipo de processos para estudar hipóteses de contratualizar competências. --- Referiu ainda que, dos Municípios da CIM o melhor exemplo que dá é o do círculo urbano da água, a questão da rede em baixa de águas e saneamento que está a ser tratado e que poderá ser uma delegação de competências a cada um dos Municípios nos serviços intermunicipalizados, a questão dos seguros que também foi feita em conjunto, a redução e racionalização do consumo de energia, candidaturas na área do ambiente, ou seja, existem muitas outras coisas que poderão ser mais rentabilizadas se forem delegadas na CIM. Referiu que, parece haver uma janela de oportunidade na questão da gestão dos fundos comunitários, que será uma questão que vai ser posta em cima da mesa, pois acham que este sistema de contratualização que deram provas de serem bem resolvidas deverá continuar, provavelmente noutros moldes, definindo áreas prioritárias de intervenção e contratualizando com fundos comunitários dos diversos programas nacionais ou regionais, mas que a CIM poderá ter um papel determinante nestes processos de gestão contratualizada, citando que esta será uma das propostas a fazer aos representantes do Governo. -----

-- O senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Inscreveram-se os Membros Roleira Marinho, Vasco Eiriz e Rosa Maria Arezes. -----

Roleira Marinho (PSD) – Referiu que, sendo a CIM Alto Minho parceiro privilegiado do Governo na questão da proposta da reforma administrativa, conforme mencionou o senhor Presidente do Conselho Executivo, no sentido de estabelecer competências, atribuição de financiamentos, transferências de recursos, conforme consta no respectivo documento, e no sentido de tentar aprofundar um pouco mais, questionou qual a posição da CIM na apreciação global do documento, que propostas tem em perspectiva para apresentar, no sentido de adequar o diploma ao seu próprio pensamento e à geografia local, pois parece que o senhor Presidente do Conselho Executivo será orador convidado por uma Associação Cívica do Distrito para fazer uma apreciação sobre este documento, por esta razão, questionou em que qualidade é que o senhor Presidente irá fazer a sua intervenção, se na qualidade de presidente do Conselho Executivo da CIM, se qualidade de dirigente do PS ou se na qualidade de vice-presidente da ANMP. Para terminar, gostaria de saber que critérios foram seguidos para contratualizar a



equipa técnica que está indicada para a apresentação do estudo do Plano Estratégico do Desenvolvimento Regional, porquê esta equipa e não outra, que méritos lhes foram reconhecidos.-----

--- O senhor Presidente do Conselho Executivo tomando a palavra, referiu que, foi convidado na qualidade de dirigente do PS para estar no fórum Vianense. Relativamente à questão da CIM e do livro verde, referiu que a CIM não analisou o livro verde como instituição. Acrescentou que, não é fácil ter uma opinião sobre o livro verde, pois este vai dar origem a cerca de onze propostas de Lei, em alguns sectores, que se pode estar ou não de acordo com alguns critérios, mas por enquanto é uma realidade muito embrionária e que se existe alguém que o reconhece é o próprio Governo, quando cita que está aberto a todo tipo de propostas alternativas, na sua opinião, em relação à Lei Autárquica está de acordo com os princípios que lá estão, embora muito em desacordo com a reorganização do território. -----

--- Relativamente à assessoria da empresa, Augusto Mateus e Associados referiu que, foi um concurso público em que esta empresa ganhou e que se alguém quiser consultar o processo poderá dirigir-se à sede da CIM. -----

Vasco Eiriz (PSD) – Após cumprimentar todo o plenário e relativamente à intervenção inicial do senhor Presidente do Conselho Executivo sobre o dossier da água, comentou que embora se compreenda que de facto o processo está em curso e que o essencial das decisões estão por adoptar, existem estudos que foram apresentados, estudos de natureza económica e obviamente que esses estudos estão a ser utilizados por vários Municípios em termos de marcação de preço da água, nesse sentido e em sua opinião, o estudo de natureza económica continua a ter bastante interesse em ser disponibilizado a todos, para terem noção de como vai evoluindo a situação económica independentemente das situação jurídica e das soluções que venham a encontrar em termos das negociações em curso. Para terminar, referiu que, relativamente à questão do plano do Alto Minho 2020. Tinha previsto uma intervenção mais longa e estruturada sobre o assunto, mas verificou que a parte substancial das suas dúvidas e dos seus comentários foi respondida pelo senhor Presidente do Conselho Executivo na sua intervenção, assim como no documento que lhe foi entregue. Não levantando essas dúvidas o documento também sugere um comentário muito simples que gostaria de partilhar com a Assembleia e com o Executivo, que tem a ver com o horizonte temporal deste exercício que vai ser feito, pois na verdade estão previstos uma série de seminários temáticos ao longo de 2012, onde se prevê que o processo termine em Março de 2013 ou eventualmente mais tarde, em suma, o comentário que gostaria de fazer e que deverá ficar à consideração de todos é que lhe parece demasiado tarde, por duas ordens de razões, a primeira está relacionada com o ciclo eleitoral, pois 2013 é um ano de eleições Autárquicas e nesse sentido aproximar este processo desse ciclo eleitoral, no seu entendimento, não é positivo para o próprio processo. Por outro lado



parece excessivo um período de mais de uma ano para um exercício destes, pois todos sabem que estes exercícios para serem consequentes e terem efeitos seria conveniente que não ultrapassem os seis meses, e se tal acontecesse o máximo um ano, por essa razão, deixa esta sugestão ao senhor Presidente do Conselho Executivo e à própria Assembleia de repensar e encurtar ainda que ligeiramente este horizonte temporal, pois poderá não ser benéfico para a Comunidade. Deixou ainda a sugestão de se envolver a comunidade e desde logo a Assembleia, pois é importante, que a Assembleia tenha acesso a todos os estudos, incluindo os relatórios intercalares que estão previstos. -----

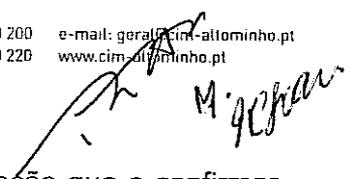
--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo.-----

--- O Presidente do Conselho Executivo referiu que, sobre a questão do estudo económico da água no documento que foi distribuído está explicado o que tem que ser feito de acordo com a nova orientação do Governo. Durante o mês de Janeiro deverá estar concluído e logo que o documento seja definitivo será fornecido, pois uma das entidades que terá de o deliberar é a Assembleia Intermunicipal. Explicou que têm tido alguma cautela em não o distribuir, porque uma vez que não são dados definitivos e numa área tão delicada como esta, que tem a ver com preços e serviços prestados às populações, se este for desvirtuado poderá dar origem a campanhas que não beneficiam a causa que é terem a melhor opção possível no final. -----

--- Mencionou que, sobre a questão do estudo e dos timings, na primeira reunião com o Dr. Augusto Mateus manifestaram o interesse em antecipar alguma coisa, pois um ano parecia-lhes um período muito longo, mas que depois de verem o documento e saber a forma como ele vai ser trabalhado, o indicar do caminho que vai seguir, a forte participação que quer das populações e das instituições, mostra que este não é apenas mais um estudo. Em relação à questão do timing até 2020, referiu que, o próximo Quadro Comunitário é de 2014 a 2020 e estão de alguma forma a trabalhar para ficarem instrumentos para a negociação do próximo quadro, que o Alto Minho esteja bem colocado para fazerem uma boa negociação e se necessário até dar alguma sua quota-parte de negociação em 2013, pois vai ser um ano decisivo para o Governo negociar com Bruxelas e onde poderão ser ouvidos e dar todo o contributo. O objetivo é terem um estudo sério, bem participado por todos.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao membro Rosa Maria Arezes. -----

Rosa Arezes (PSD) - Após cumprimentar todo o Plenário, referiu que a sua intervenção seria sobre um assunto que o senhor Presidente do Conselho Diretivo não fez referência, aquando da apresentação da atividade da Comunidade, mas que pela sua atualidade lhe parece pertinente colocar e que diz respeito à televisão digital terrestre (TDT), acrescentando que, segundo posições públicas assumidas por alguns Presidentes de Câmaras da região e apesar de o Alto Minho se encontrar dotado de cinco emissores TDT, em algumas freguesias existem zonas



sombra que impedem a captação do sinal terrestre. Trata-se de uma situação que a confirmar-se, implica a estas populações um gasto acrescido, uma vez que terão que adquirir uma tecnologia complementar, ou então, serão forçados a aderir a serviços privados de cabo ou satélite. Neste contexto, há cerca de quinze dias e no âmbito da discussão do Orçamento de Estado na especialidade, teve oportunidade de questionar o senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sendo a resposta dada através do senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Feliciano Barreiras Duarte, que informou que se trata de um assunto que o Governo está a acompanhar, e que o objetivo é garantir que todas as populações tenham acesso ao serviço TDT em igualdade de circunstâncias, acrescentou ainda, que neste contexto recordou que cerca de 92% do território tem cobertura TDT e a restante terá cobertura por satélite sem custos acrescidos para os cidadãos, pelo que esta situação que afeta apenas algumas zonas da região e outras fronteiriças está a ser alvo de um acompanhamento particular. Referiu também que todos sabem que se trata de um assunto que envolve outras entidades, nomeadamente a PT e a ANACOM, desta forma, questionou o senhor Presidente do Conselho Executivo se foram tomadas algumas diligências pela CIM, e se foram, se têm alguma informação acrescida mais recente que possam fornecer. -----

--- O senhor Presidente do Conselho Executivo referiu que se está a fazer o levantamento município a município, freguesia a freguesia, para terem o mapa do Alto Minho e quais são as freguesias abrangidas por este problema. Acrescentou que em colaboração com a DECO serão realizadas cinco sessões de informação em todo o Distrito, para explicar aos cidadãos como devem atuar perante este problema, logo que o levantamento rigoroso de todas as áreas abrangidas no Distrito esteja finalizado, naturalmente tomarão posição junto do Governo, da PT, da ANACOM e de todas as entidades que intervêm nesta matéria. -----

--- O senhor Presidente passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

2.2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012 (incluindo: transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados, autorização de empréstimo a curto prazo, mapa de pessoal); -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo para introdução deste ponto. -----

---- O senhor Presidente começou por referenciar que a CIM tem que continuar a fazer o trabalho feito até então, "sem tirar o pé do acelerador", uma vez que tiveram bons resultados e continuam a ser a CIM do país com melhor capacidade de realização, conforme os últimos dados de Setembro, do observatório do QREN, que tinham 88% e em que a média nacional era de 52%, falando apenas na contratualização, porque para além disto investiram também noutros projetos, com destaque, por exemplo, no Minho IN no PROVER, ou para o Centro de Mar no PROMAR. As perspetivas para o próximo ano entroncam neste processo de CIM's piloto, porque



muitas das competências que se estão a falar ou da contratualização que se possa vir a realizar influenciar e muito o funcionamento da Comunidade Intermunicipal e a sua prestação no terreno. Citou que, se não houver contratualização terão de ir a "jogo", aos programas operacionais, regionais e nacionais e ficam como no passado dispostos a fazer o necessário, no entanto preferiam que houvesse contratualização e é nesse sentido que estão a trabalhar, nas áreas que têm vindo a investir e que têm que continuar a reforçar, como por exemplo, as candidaturas, aos programas operacionais regionais e aos programas nacional em que grande parte dos fundos não foram transferidos, aguardando-se a abertura de candidaturas. Referiu que estão preparados, para que logo que abram as candidaturas a CIM presente, em força, no círculo urbano da água candidaturas ao POVT, que aqui o trabalho da CIM é organizar as candidaturas apresentadas, dar uma "roupagem de conjunto", uma dimensão supramunicipal para poderem ser bem apresentadas com consequente aprovação; referiu que têm vindo a ter outras iniciativas complementares, como na área da proteção civil, no saneamento e na água, na energia onde têm um conjunto de propostas não só em termos de regular, de redutores de consumo de energia, mas também para equipamentos públicos municipais e diminuição do consumo de energia, pois têm candidaturas apresentadas e esperam que também estas venham a ser aprovadas. No âmbito da modernização tecnológica e qualificação da administração local vão continuar a apostar na formação da administração local e na administração pública no próprio Distrito, pois estão em sintonia com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo para fazerem formação para todo o distrito. Em termos de economia regional foi feita uma candidatura conjuntamente com as CIM's do Ave e do Cávado, em que é a CIM Alto Minho lidera ao PROVER para o Minho In que está a funcionar bem, houve uma fase que em termos de autoridade de gestão houve atrasos nas aprovações das candidaturas, mas hoje está a funcionar bem, sendo áreas essencialmente na recuperação de espaços formais: no golfe, no turismo da natureza. Referiu que é muito vocacionado para o turismo, mas foi a opção de mercado, pois houve uma grande participação dos privados neste processo. Acrescentou que, continuam na gestão do PROMAR e com novas iniciativas de internacionalização do Cluster do Mar, nas áreas de competitividade o empreendedorismo sendo um projeto de sucesso hoje. O Alto Minho Invest ou iniciativas do Alto Minho sustentável tem que ter continuidade, para não serem apenas definições de estratégias corretamente elaboradas, mas que depois não têm a repercussão no terreno; na área da capacitação institucional, referiu que, a CIM tem hoje um trabalho de comunicação com outros parceiros, estão a reforçar as suas ligações com a Galiza e vão fazê-lo com a criação a curto prazo. No Plano Estratégico também consta como um trabalho que tem que mobilizar toda a CIM, e que até já mobilizaram para o Alto Minho muito mais daquilo que estava previsto no início da contratualização, pois para a contratualização estavam



previstos 74 milhões de euros e, a CIM tem hoje já executados na contratualização cerca de 160 milhões de euro, no documento estão 144 milhões, que está ligeiramente desatualizado, pois na bolsa de mérito foram buscar 47 milhões de euros, ou seja, para além realizarem tudo o que estava previsto de 2008 a 2013, também, e por mérito dessa capacidade de execução, já foram buscar nestes meses 47 milhões de euros de novos investimentos para o Alto Minho, por essa razão, afirma que se deverá apostar na contratualização como uma boa forma de canalizar investimentos para áreas consideradas prioritárias. Declarou que o Plano Territorial do Alto Minho é para continuar, o Minho IN tem que ter toda a execução final, está comprometido neste momento com 5,6 milhões de euros, em que o montante global é de 14 milhões de euros, o Litoral Norte 4,6 milhões, o Programa de Ação do Centro de Mar mais de 8,3 milhões, ou seja, esta a falar-se de um investimentos de grande dimensão de cerca de 170 milhões para o Alto Minho, já garantidos por ação da CIM e que naturalmente foram objectivos ambiciosos que foram atingidos, mas que por tudo isto não podem ficar à "sombra" dos louros destes objetivos.--
--- Acrescentou que tem que se continuar este trabalho, que é verdade que este conjunto de investimentos permitiu construir 23 centros escolares que servem 5.422 alunos; para fazer 155 km de rede de abastecimento de água e para beneficiar 42.500 habitantes; para fazer 180 km de drenagens de águas residuais para 48.800 habitantes; para 154 km de rede viária beneficiada; para 3 áreas de acolhimento empresarial; para a promoção e capacitação institucional; para 2 Escolas Superiores para o Centro Cultural de Viana do Castelo e para outros investimentos de grande dimensão que têm conseguido para região do Alto Minho. Concluiu, referindo que o programa para o próximo ano será continuar este caminho, um caminho que não será fácil, pois a situação financeira dos Municípios é de grandes dificuldades, mas que existe ainda uma janela de oportunidade que estas épocas de crise sempre trazem, é o reforço do financiamento dos fundos comunitários. Este ano para os Municípios o financiamento está neste momento a 85% de fundo perdido e praticamente aceite por Bruxelas a renegociação que foi apresentada em Maio e que passará no mínimo para 90%, mas que poderá ir até aos 95% de financiamento a fundo perdido, o que quer dizer, que não veio mais dinheiro para o país, veio o mesmo, permite fazer menos obras mas obriga a menor esforço nacional, quer para obras da administração central, quer os investimentos sejam privados ou das Autarquias, ou seja, com participações desta dimensão e apesar das dificuldades considera que a CIM conseguirá este caminho de um forte investimento no Alto Minho que tanto precisa. -----

--- O senhor Presidente do Conselho Executivo solicitou ao Dr. Miguel Matos a apresentação do Orçamento da CIM para 2012. -----

Miguel Matos – Após cumprimentar todos os presentes, começou por referir que iria fazer uma breve apresentação do Orçamento para o ano de 2012. Apoiado por apresentação Power Point, iniciou salientando que a receita e a despesa da Comunidade Intermunicipal, está muito



relacionada com a aprovação e execução de candidaturas a fundos comunitários, que representam cerca de 60% do orçamento. O orçamento para o ano de 2012 é de 4,3 Milhões de euros, o que representa um crescimento de aproximadamente 20% face ao ano transato. No que se refere à despesa, esta respeita a três grandes grupos: (i) despesas gerais e de funcionamento; (ii) assessorias especializadas (iii) desenvolvimento de projetos com co-financiamento comunitário e outras. Foi salientado relativamente à despesa: o esforço na redução das despesas gerais e de funcionamento em aproximadamente 14%, redução esta, que irá permitir uma redução das quotas municipais em cerca de 8%. -----

--- Em termos da receita prevista, foi focado, que esta é composta por (i) transferências do Orçamento de Estado; (ii) quotas dos Municípios; (iii) financiamentos de fundos comunitários dos Projetos que são desenvolvidos, que representam a maior parcela; (iv) e comparticipações dos Municípios, sobretudo relativas à comparticipações da componente nacional de projetos co-financiados.-----

--- Foi referido que a transferência do Orçamento de Estado é calculada com base nos FEF's Municipais, mais em concreto 0,05% do FEF corrente dos Municípios que compõem a Comunidade, e que foi prevista uma redução da receita dos municípios a título de quotas em cerca de 8%.-----

--- Em termos de projetos, citou que estes se podem dividir em dois tipos, aqueles em que a CIM é entidade líder de consórcio, desenvolvendo as atividades de coordenação e em que os investimentos são realizados na sua generalidade pelos Municípios e depois um conjunto de projetos transversais de interesse supra municipal.-----

--- No primeiro grupo, em que a CIM intervém como uma entidade líder, destacam-se os projetos: Minho-In; GAC Litoral Norte; Assistência Técnica no PTD; Ilumina Alto Minho, com o montante de aproximadamente de 2 milhões de euros e os projetos relativos ao fecho das Ecovias. No segundo grupo, destacam-se: o Plano de Desenvolvimento do Alto Minho, que, é o projeto que tem provavelmente maior volume financeiro; o plano de transportes; o plano de marketing territorial do Minho, entre outros.-----

--- Como notas finais foi referido que: (i) a estrutura técnica e de despesas gerais de funcionamento começam a ser asseguradas na sua globalidade por financiamento comunitário; (ii) que os valores das GOP's são por vezes empolados por exigência das Entidades Gestoras, já que os projetos a candidatar ou candidatados têm que estar integralmente refletidos neste documento, sendo que a elevada morosidade nas aprovações leva a que os mesmos não possam ser executados nos termos em que foram previstos nas GOP's. (iii) a necessidade de dar execução a alguns projetos avultados com é o caso dos projetos da ecovias que entram no último ano de programação.-----



--- Tomando a palavra o senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão deste ponto. Inscreveu-se o Membro Fernando Lima. -----

Fernando Lima (PS) – Após cumprimentar todos os presentes felicitou a atividade desta Comunidade, sendo um privilégio estar tão bem posicionada a nível nacional, sendo bem visíveis as melhorias de ano para ano em todas as vertente e iniciativas, quer no desenvolvimento económico, social e ambiental na região do Alto Minho. O Conselho Executivo para o ano de 2012 apresenta um plano e orçamento ambicioso, muito positivo e acima de tudo, equilibrado face à conjuntura em que vivemos, que vai ser deveras difícil por excelência, é um novo ciclo para a Comunidade. Saliu o trabalho do Presidente Rui Solheiro, sem menosprezar os restantes Membros, considerando-o o motor de todo este processo, evidenciando a sua visão estratégica, os seus conhecimentos como autarca e a sua postura imparcial desde o primeiro momento à frente dos destinos de tão importante organismo evidenciando o empenho aplicado. Estando a prova, na boa prestação das diversas áreas em que se tem envolvido, com uma taxa de execução de cerca de 88% até ao momento. Sobre o Plano, referiu ser é rico em todas as suas vertentes e que o documento que presentemente analisaram é um compromisso norteador da estratégia para o ano que se avizinha e assenta fundamentalmente nos subjetivos estratégicos: melhorar a governabilidade e bonança da CIM; incrementar a capacidade competitiva da região onde impera um mau desenvolvimento per-capita; promover a inclusão cultural e social em todas as suas vertentes na comunidade; contribuir para a modernização e para a capacidade institucional dos dez Municípios da CIM e melhorar o desempenho organizacional da Comunidade. No âmbito do presente Plano para 2012, e independentemente de alguns constrangimentos, dificuldades e limitações emergentes, com a aprovação do pior Orçamento de Estado até à memória, a Comunidade Intermunicipal do Minho Lima vai dar sequência a um conjunto de iniciativas, atividades e projetos que assentam fundamentalmente em três vectores fundamentais: serviços públicos locais e intermunicipais com respetiva qualificação, modernização e racionalização; economia regional promovendo o potencial endógeno e os factor-chave na competitividade e por último estratégia e capacitação institucional, procurando planear, cooperar e capacitar, abrangendo nomeadamente a rede institucional e regional. Dirigindo-se ao senhor Presidente, referiu que o documento, onde além das várias parcerias, existe um rico potencial nos investimentos em curso, onde poderiam destacar os centros escolares, 155 km de rede de abastecimento de água, 180 km de rede de drenagem de águas residuais, 150 km de rede viária municipal beneficiada, três áreas de acolhimento empresarial, cinco projetos de promoção e capacitação institucional e ainda, do lado da contenção orçamental, a diminuição dos custos/estrutura e em consequência a redução das quotas dos Municípios, onde as despesas com o pessoal mantêm e até têm a tendência de decréscimo, bem como as despesas de equipamento geral dos serviços e ainda quando cerca



de 62% das despesas relacionam-se com investimento direto da CIM Alto Minho, em 24 projetos com cofinanciamento comunitário em diversos domínios. Em opinião, referiu que só pode esta Assembleia merecer todo o apoio, conseqüentemente a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012 por parte do Grupo do Partido Socialista.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo.-----

--- O senhor Presidente do Conselho Executivo tomando a palavra referiu que, por amor à verdade não pode aceitar a distinção feita pelo Membro Fernando Lima em relação ao seu desempenho nesta matéria, pois o trabalho é de todos e apenas é um colaborador da equipa que trabalha na CIM, em que todos os Presidentes de Câmara contribuem da mesma forma em que decidem por consenso ou por unanimidade, apenas é porta-voz desta equipa, que além da equipa política tem uma equipa técnica superiormente dirigida pelo Eng.º Júlio Pereira e ainda uma outra equipa que faz parte de todo o sucesso da Comunidade que é precisamente a Assembleia Intermunicipal que tem aprovado todas as propostas deste Executivo.-----

--- Acrescentou que existe um ponto que precisa de ser apreciado e votado, que é o do empréstimo a curto prazo, pois são empréstimos para resolver problemas momentâneos de tesouraria, que podem surgir com o atraso das transferências e que a lei obriga que seja o limite de 10% das receitas próprias da CIM, que neste caso são as transferências do Orçamento de Estado e as transferências dos Municípios e também porque tem que estar saldadas as contas a 31 de Dezembro, ou seja, o resultado final no orçamento é zero, porque tem que ser contratualizado e pago até final do ano, mas que tal como aconteceu no orçamento que agora está a terminar solicitam à Assembleia Intermunicipal autorização, para se poder fazer o que se fez este ano, com a contração do empréstimo a curto prazo, no caso concreto de 175 mil euros.-

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Membro Rui Alves. -----

Rui Alves (PSD) – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que, em nome do Grupo do PSD vota favoravelmente os documentos que foram apresentados, reconhecendo que eles mostram para além de um bom trabalho, que foi feito no passado, em que o senhor Presidente do Conselho Executivo sublinhava uma taxa de execução que é perfeitamente anormal nos tempos que correm no mundo autárquico, apelando que esse trabalho continue no próximo ano, pois tem um orçamento e plano que acompanham um conjunto muito grande de programas e de planos. Reconhecendo que no próximo ano haverá muitas dificuldades em levar a cabo toda uma sequência de tarefas. Para terminar, referiu intenção de voto favorável e que desejam o mesmo sucesso ou ainda mais do que aquele que aconteceu no ano de 2011 sublinhando também, as palavras que acabou de tecer, na medida em que apenas existe um conjunto de dez Presidentes de Câmara, oriundos de famílias políticas diferentes e que tem sido um bom exemplo do que deve ser a cooperação entre diferentes Municípios, por essa razão é que a CIM



foi escolhida como CIM Piloto pelo Governo, num trabalho que já tinha sido feito antes quer pelo Alto Minho, quer pela Valimar e que mostra que algumas das falhas do passado podiam ter sido evitadas, se, já houvesse toda esta cooperação, ou se a regionalização, como o senhor Presidente do Conselho Executivo referenciou nas suas intervenções, estivesse implantada, que permitisse a coordenação supra municipal de todo um conjunto de áreas que claramente não devem estar nas mãos nem do Governo Central, nem podem estar nas mãos isoladamente das autarquias. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou à votação do Plano e Orçamento para 2012, que foi aprovado por unanimidade. -----

--- Sendo a presente deliberação submetida ao plenário para efeitos de aprovação em minuta o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura que foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou à votação do empréstimo a curto prazo que foi aprovada por unanimidade. -----

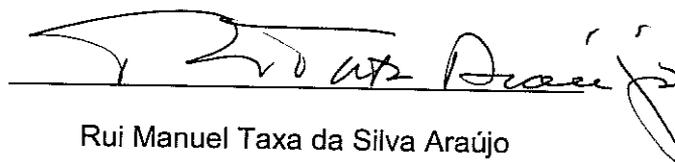
--- Sendo a presente deliberação submetida ao plenário para efeitos de aprovação em minuta o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura que foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

---O senhor Presidente passou ao terceiro ponto da Ordem do Dia. Todavia, não se registaram quaisquer inscrições, depois de inquiridos os presentes. -----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu e encerrou os trabalhos desta reunião, pelas dezanove horas e trinta minutos, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo Plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

O Presidente da Assembleia



Rui Manuel Taxa da Silva Araújo



A Vice-Presidente da Assembleia

Maria Conceição da Cunha Aragão Soares

Maria Conceição da Cunha Aragão Soares

O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Abel Nunes Lopes

Maria Virgínia Guedes do Rego

Maria Virgínia Guedes do Rego